

**Luiz Fernando Valladão Nogueira**

**RECURSOS E  
PROCEDIMENTOS  
NOS TRIBUNAIS  
no Novo Código de  
Processo Civil**

**3ª edição revista e ampliada**



41465

778R

Ed

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2016, Luiz Fernando Valladão Nogueira.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa**  
*Tales Leon de Marco*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues da Silva*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 3261 2801  
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão  
Recursos e procedimentos nos tribunais no novo código de processo civil  
-- 3 ed. rev. ampl. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia.  
ISBN: 978-85-8425-506-1

1. Direito. 2. Processo Civil. I. Título. II. Luiz Fernando Valladão Nogueira

CDU347.9

CDD340

<b>1. OS PRINCÍPIOS E AS DEMAIS FONTES DO DIREITO</b>	<b>15</b>
1.1. Conceitos Gerais.....	15
1.2. Princípios Adotados pelo Novo CPC.....	17
1.3. Princípios adotados pelo NCPC, quanto aos Recursos e Procedimentos nos Tribunais.....	34
<b>2. TEORIA GERAL DOS RECURSOS</b>	<b>41</b>
2.1. Conceito.....	41
2.2. Atos sujeitos a recursos.....	42
2.2.1. Os atos processuais.....	42
2.2.2. Os atos judiciais.....	43
2.2.3. Atos judiciais sujeitos a recursos.....	46
2.3. Classificação dos recursos quanto à finalidade.....	47
2.4. O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito.....	48
2.4.1. Admissibilidade do recurso.....	48
2.4.2. Juízo de mérito.....	53
2.5. Pressupostos de admissibilidade.....	54
2.5.1. Legitimidade recursal.....	55
2.5.2. Interesse recursal.....	60
2.5.3. Tempestividade.....	61
2.5.4. Adequação.....	65
2.5.5. Regularidade formal.....	67
2.5.6. Preparo.....	68
2.6. Sucumbência Recursal.....	71
2.7. Os Efeitos dos Recursos. obtenção excepcional do efeito suspensivo e da antecipação da tutela recursal.....	74

2.8. Recurso Adesivo.....	80
2.9. Recurso: Desistência e Renúncia.....	82
2.10. Recurso: Alcance da Decisão e o Litisconsórcio.....	83
2.11. Técnica de Julgamento nas Hipóteses de Divergência.....	84
<b>3. APELAÇÃO</b>	<b>89</b>
3.1. Conceito e Adequação.....	89
3.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade na Apelação.....	90
3.2.1. Tempestividade.....	90
3.2.2. Regularidade formal.....	90
3.3. Efeitos da Apelação.....	90
3.3.1. Efeito suspensivo.....	90
3.3.2. Efeito devolutivo.....	95
3.4. Processamento da Apelação.....	99
3.4.1. Procedimento em 1ª instância.....	99
3.4.2. Procedimento em 2ª instância.....	100
3.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal na apelação.....	101
<b>4. AGRAVO DE INSTRUMENTO</b>	<b>103</b>
4.1. Conceito e Adequação (hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento – Art. 1015 NCPC).....	103
4.1.1. Mandado de segurança contra decisão interlocutória.....	113
4.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade do Agravo.....	114
4.2.1. Tempestividade.....	114
4.2.2. Regularidade formal.....	115
4.3. Efeitos e Procedimento do Agravo de Instrumento.....	116
4.3.1. Efeitos.....	116
4.3.2. Procedimento.....	117
4.3.2.1. <i>Juízo de Retratação</i> .....	118
4.3.2.2. <i>Recorribilidade da decisão sobre efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal</i> .....	118
<b>5. AGRAVO INTERNO</b>	<b>121</b>
5.1. Conceito e Adequação.....	121
5.1.1. Julgamentos colegiados.....	121
5.1.2. Finalidade do agravo interno e a decisão monocrática.....	122

5.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	122
5.2.1. Tempestividade.....	122
5.2.2. Regularidade formal.....	122
5.3. Efeitos e Procedimento do Agravo Interno.....	123
5.3.1. Efeitos.....	123
5.3.2. Procedimento.....	123
<b>6. EMBARGOS DECLARATÓRIOS</b> .....	<b>127</b>
6.1. Conceito e Adequação – omissão, obscuridade, contradição e erro material.....	127
6.1.1. Conceito e justificativa dos embargos declaratórios.....	127
6.1.2. Cabimento – “Qualquer decisão judicial”.....	130
6.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	131
6.2.1. Tempestividade.....	131
6.2.2. Regularidade formal.....	131
6.2.3. Inexigibilidade de preparo.....	131
6.3. Efeitos dos Embargos Declaratórios.....	131
6.3.1. Efeitos.....	131
6.3.2. Obtenção excepcional do efeito suspensivo.....	132
6.4. O Efeito Modificativo ou Infringente.....	132
6.5. Efeito Interruptivo do Prazo a Outros Recursos e Embargos Protelatórios.....	133
6.5.1. Interrupção do prazo.....	133
6.5.2. Multa e intuito manifestamente protelatório.....	135
6.6. Os Embargos Declaratórios e a Reiteração do Recurso já Interposto.....	136
6.7. O Procedimento dos Embargos Declaratórios.....	137
<b>7. RECURSO ORDINÁRIO</b> .....	<b>139</b>
7.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	139
7.2. Efeitos e Procedimento.....	140
<b>8. RECURSO ESPECIAL</b> .....	<b>143</b>
8.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	143
8.2. Pressupostos Específicos de Admissibilidade – Matéria Jurídica, Prequestionamento e Esgotamento das Instâncias Ordinárias. Nova Flexibilização.....	144
8.2.1. Pressupostos específicos de admissibilidade.....	144

8.2.2. Afastamento da jurisprudência defensiva – Atenuação no rigor dos pressupostos de admissibilidade.....	145
8.2.3. Flexibilização do prequestionamento.....	148
8.2.4. Fungibilidade entre recurso especial e recurso extraordinário.....	151
8.3. Regularidade Formal.....	153
8.4. Efeitos do Recurso Especial.....	154
8.4.1. Efeitos.....	154
8.4.2. Efeito translativo.....	155
8.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo.....	156
8.4.4. Obtenção excepcional da antecipação da tutela recursal.....	158
8.5. Procedimento.....	159
<b>9. RECURSO EXTRAORDINÁRIO</b>	<b>161</b>
9.1. Conceito e Adequação.....	161
9.2. Repercussão Geral e Demais Pressupostos.....	162
9.3. Recurso Extraordinário e Julgamento com Modulação.....	164
<b>10. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA</b>	<b>165</b>
10.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	165
10.2. Efeitos, Regularidade Formal e Procedimento.....	166
<b>11. INCIDENTES E PROCEDIMENTOS DE UNIFORMIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS: ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E RECURSOS ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS</b>	<b>169</b>
11.1. Princípio da Estabilidade da Jurisprudência e Algumas Especificidades.....	169
11.2. Assunção de Competência.....	171
11.2.1. Cabimento.....	171
11.2.2. Vinculação.....	172
11.2.3. Procedimento.....	172
11.3. Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.....	173
11.3.1. Cabimento.....	173
11.3.2. Procedimento e vinculação.....	174
11.4. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	175
11.4.1. Cláusula de reserva de plenário.....	175

11.4.2. Procedimento e vinculação.....	176
11.5. Os Recursos Especial e Extraordinários Repetitivos.....	178

## **12. RECLAMAÇÃO** **181**

---

12.1. Natureza Jurídica.....	181
12.2. Reclamação antes do NCPC.....	181
12.3. Cabimento.....	183
12.3.1. Preservação da competência.....	184
12.3.2. Preservação da autoridade das decisões.....	184
12.3.3. Observância de súmula vinculante e decisão em controle concentrado de constitucionalidade.....	185
12.3.4. Observância de decisão em IRDR e assunção de competência.....	188
12.4. Legitimidade.....	189
12.5. Procedimento.....	190
12.6. Prazo.....	192
12.7. Coexistência com Recurso.....	193
12.8. Recursos Cabíveis.....	193

## **13. A AÇÃO RESCISÓRIA** **195**

---

13.1. A Coisa Julgada.....	195
13.1.1. Relevância e conceito.....	195
13.1.2. Coisa julgada material e formal. Preclusão. Distinções relevantes.....	200
13.1.2.1. <i>Coisa Julgada Formal</i> .....	200
13.1.2.2. <i>Preclusão</i> .....	201
13.1.3. Coisa julgada e sua eficácia. Rediscussão vedada. A relativização.....	203
13.1.4. A coisa julgada e os atos judiciais. Sentença, acórdão, decisão monocrática e decisão interlocutória de mérito.....	207
13.1.5. Os limites objetivos da coisa julgada.....	209
13.1.6. Os limites subjetivos da coisa julgada.....	210
13.2. Ação Rescisória. Conceito e Cabimento.....	213
13.2.1. Conceito.....	213
13.2.2. Cabimento.....	215
13.3. Ação Rescisória e Competência.....	221

13.4. Ação Rescisória e a Sentença dada por Prevaricação, Concussão ou Corrupção do Juiz .....	227
13.5. Rescisória e Juiz Impedido ou Absolutamente Incompetente.....	229
13.6. Rescisória e as Hipóteses de Dolo, Coação, Simulação e Colusão.....	231
13.7. Rescisória e a Ofensa à Coisa Julgada.....	235
13.8. Rescisória e a Decisão que “Violar Manifestamente Norma Jurídica”.....	238
13.9. A Rescisória e a Falsidade da Prova.....	242
13.10. A “Prova Nova” e a Rescisória.....	244
13.11. A Rescisória e o “Erro de Fato”.....	248
13.12. As Partes na Ação Rescisória.....	251
13.13. A Petição Inicial da Ação Rescisória.....	255
13.14. O Processamento da Ação Rescisória.....	259
13.15. O Julgamento da Ação Rescisória.....	262
13.16. O Trânsito em Julgado e o Prazo Decadencial.....	265
13.17. Efeito Suspensivo e a Ação Rescisória.....	271
13.18. Institutos Similares: Ação Anulatória (Art. 966 §4º NCPC) e a Querela Nullitatis.....	277
13.18.1. Ação anulatória.....	277
13.18.2. Ação querela nullitatis.....	280
<b>14. SUSTENTAÇÃO ORAL</b> .....	<b>285</b>
14.1. Considerações Iniciais.....	285
14.2. As Hipóteses de Cabimento de Sustentação Oral. Normatização do Tema.....	285
14.3. O Conteúdo da Sustentação Oral.....	288
14.4. Postura e Procedimento: o Advogado e a Sustentação Oral.....	291
14.4.1. Princípios a serem observados.....	291
14.4.2. Etapas e critérios.....	292
14.4.3. Erro material no voto proferido e sua imediata arguição pelo orador. Arguição posterior por embargos declaratórios.....	294
14.5. Conclusão.....	294
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>297</b>